

A ASCENSÃO FEMININA NA CULTURA OCIDENTAL – UMA BREVE RETROSPECTIVA

ELISA MARIA JARDIM DA COSTA DE REZENDE
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
elisajardim@uol.com.br

O século passado pode ser chamado de “o século das mulheres”. As inúmeras transformações e os avanços nos campos do direito e das oportunidades trouxeram ao sexo feminino novas perspectivas. (Pinsky e Pedro, 2012),

No Brasil, o processo de ascensão feminina nas atividades da sociedade civil organizada, iniciou-se há várias décadas e as figuras da mãe, filha, avó, esposa, dona de casa, deixaram de ser as principais e, talvez únicas identidades assumidas pelas mulheres. Em consequência, houve uma enorme mudança na estrutura familiar e nas suas relações sociais.

Por um longo período da história brasileira houve a predominância, por imposição cultural, do conceito de “patriarcado” – pelo qual, a mulher devia obediência ao pai e posteriormente ao marido, por escolha e decisão do próprio pai. Vale ressaltar que este modelo de família patriarcal que imperava em nossa cultura não era regra absoluta em nossa sociedade. Alguns núcleos familiares pautavam suas relações baseadas no entendimento e na liberdade de expressão de seus integrantes.

Teles (2006) trata de forma particular dos direitos humanos femininos. Essa pesquisadora assinala as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais entre homens e mulheres. Ela analisa essa desigualdade, não como fruto do acaso ou da natureza humana. Teve seu surgimento, enraizou-se e foi sendo elaborada no decorrer de séculos pelas próprias sociedades para atender a múltiplos interesses de determinados “grupos”, de povos em suas diversidades culturais. Estudos de *gênero* apontam a predominância de imperativos conceituais de jugo masculino (seja nos meios políticos, jornalísticos e das grandes mídias em geral ou nos conglomerados financeiros e administrativos) ainda de forma marcante, mesmo na cultura ocidental.

Numa discussão mais ampla e adentrando o campo antropológico, cabe considerar com maior profundidade o conceito de “*gênero*”. Saffioti (2004) aborda o assunto sob a ótica de ordem política, nas áreas acadêmicas, em sindicatos e nos diversos movimentos sociais e em ONGs (Organizações não governamentais). Ao levar o tema à égide de tão diversificados campos contextuais e de formadores de opinião vêm demarcando importantes quebras de paradigma, resultando em significativos avanços na questão dos “Direitos Humanos” e, em consequência, atendendo, também, as reivindicações femininas e feministas.

Lembrando Malinowsky, *apud* Goldenberg (2004) a antropologia como ciência teria sua importância via compreensão do primitivo nos levar a compreender melhor a nós mesmos. Goldenberg (2004) acrescenta que através das pesquisas antropológicas tem-se demonstrado que não só a compreensão do outro, como a de nós mesmos “... mas, também, a revelar aspectos obscuros, ocultos, silenciados de nossas próprias vidas e da cultura, na qual estamos inseridos. Subjetividade e objetividade estão sendo transformadas, reinventadas, explicitadas em nossas pesquisas...”

Ainda numa visão antropológica, Damatta (1983), *Apud* Goldenberg (2004) aponta a distinção feita pelos homens brasileiros entre: “mulher da casa e mulher da rua, santa e puta, lugar da família e lugar do prazer sexual”. O que vem ratificar a ocorrência permanente entre a maioria dos pesquisados, da clássica dissociação entre sexo e afeto, em grande parcela masculina de nossa sociedade.

A partir da década de 1970 houve um significativo aumento na extensão dos movimentos feministas que lograram denunciar a realidade de exclusão social das mulheres e exigir responsabilidade do Estado e da sociedade no enfrentamento dessas questões. Esses movimentos passaram a exigir igualdade de direitos e ponderação das diferenças. É justamente nesse cenário que começa a ser usada a expressão *gênero*, como um instrumento facilitador a se identificar e dimensionar as desigualdades e os eventuais conflitos entre os sexos. (Teles, 2006).

Teles afirma:

"... ao ser incorporado como método e perspectiva de análise social praticamente em todos os setores do conhecimento, gênero enfrenta o desafio de se contrapor àquelas concepções tradicionais acomodadas nas mentalidades conservadoras de aceitar como 'naturais' a invisibilidade e a desvalorização social das 'ditas atividades femininas', como o trabalho doméstico, o cuidar das pessoas e de sua infraestrutura, etc."

Fica evidenciado que apesar das grandes mudanças por que vem passando a sociedade brasileira nas últimas décadas, o "ideal" de "família tradicional" continua sendo uma aspiração considerada por muitos. Contudo, nos tempos atuais a definição e estrutura familiar estão mais flexíveis, constatando-se uma série de novas configurações.

Segundo Goldenberg (2004):

"pode-se dizer que, ao contrário de uma total ruptura com antigos modelos de casamento, o que se vive hoje é um processo de convivência, muitas vezes conflituoso, entre comportamentos e valores tradicionais e aqueles considerados modernos".

Cabe registrar que, embora ainda vigore o modelo nuclear de família, há muitas outras formas de vida conjugal em nossa cultura. "As separações, as uniões livres, as recomposições familiares abalam o que chamava, até a pouco tempo, de 'modelo de família ocidental'".(Goldenberg, 2004).

"Já não há um 'modelo ocidental' mas, vários."(Segalen, 1999) *apud* Goldenberg, (2004).

Castells, (1999) *Apud* Goldenberg (2004) chama atenção para o fato do contexto familiar permanecer em nossa cultura mas, assinala que outras estruturas familiares surgem estando em experimentação, num processo de reconstrução do *modus vivendi* da sociedade brasileira..

No interior das redes de poder da sociedade humana são instituídas, e nomeadas as diferenças e desigualdades. Britzman (1996) classifica essas diferenças como "marcadores sociais": *gênero*, classe, sexualidade, aparência física, nacionalidade, etnia. Dizer que as mulheres são diferentes dos homens se constitui, a princípio, uma afirmação irrefutável. Essa afirmação, por si só, pode parecer, à primeira vista, algo absolutamente normal e óbvio, entretanto, ela implica uma conformação ao *status quo* das relações entre os *gêneros*.

Nos discursos atuais, o apelo à diferença está se tornando quase um lugar comum. O caráter político que a questão envolve no âmbito das inquietações feministas e dos estudos culturais não pode ser o mesmo com que ela é admitida e repetida pelos setores mais tradicionais da sociedade moderna. Atribuída às distinções biológicas entre outras, a diferença vem sendo usada como artifício para explicar distinções psíquicas comportamentais, tentando justificar o perfil social, predominantemente subalterno, das mulheres no mundo contemporâneo.

A defesa dos direitos humanos tem sido uma batalha defendida por grupos e lideranças intelectuais na história da humanidade há muitos séculos. Podemos, através dos fatos citados

a seguir, proceder a uma breve retrospectiva de eventos marcantes que antecederam aos conceitos praticados na atualidade.

A Conferência Mundial dos Direitos Humanos ocorrida em Viena, em 1993, produziu uma “Declaração” que deixou bastante claro, em seu parágrafo primeiro, o caráter universal desses direitos. Afirma que reconhece os aspectos nacionais e suas particularidades regionais e os distintos patrimônios culturais, mas, destaca em seu parágrafo 3º, que “... os Estados têm o dever, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais, de promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais ...”. Nessa Conferência foram finalmente contextualizados os direitos humanos da Mulher.

Praticamente 200 anos depois da condenação e execução de Olympe de Gouges (revolucionária francesa articulada com milhares de mulheres, decidiu por fazer a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*). Por isso, foi condenada à morte na guilhotina. A sentença que proferiu sua condenação dizia que ela “(...) imiscuiu-se nos assuntos da República, esquecendo-se das virtudes de seu sexo”.

Em pleno século XXI, a discriminação contra as mulheres ainda é um fato em um grande contingente de países. Nas sociedades com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), essa questão obteve significativo avanço no transcorrer do século passado, principalmente a partir da 2ª Grande Guerra. Nem tanto pela elevada compreensão dos governantes homens, mas pela enorme carência de mão de obra masculina dizimada pela guerra. As mulheres passaram a constituir-se numa força de trabalho emergente, além de assumirem a responsabilidade pelo sustento de toda a família e a educação das crianças. (Stearns, 2007).

No Brasil, a participação feminina no debate público seguiu caminhos semelhantes à das culturas ocidentais vigentes à época. Inicialmente pela colonização portuguesa e, mais tarde pelo processo de imigração ocorrido nos séculos XIX e XX.

“A atuação feminina na vida literária, educacional e artística brasileira no século XIX foi efetiva e constante. Graças às pesquisas históricas mais recentes, nomes esquecidos e vozes abafadas ou excluídas voltam à cena, conferindo legitimidade e visibilidade às atividades intelectuais e políticas de mulheres”. (Prado e Franco, 2012).

Diversas mulheres nos séculos anteriores através de atitudes heroicas e de extrema valentia conquistaram o respeito e a admiração dos brasileiros. Algumas obras literárias produzidas tanto por homens como por mulheres fizeram justiça a essas pessoas. Duas autoras deixaram textos relevantes no final do século XIX, Josefina Álvares de Azevedo, com *“Galeria Ilustre”* de 1897 e Inês Sabino com *“Mulheres ilustres do Brasil”* de 1899. Josefina fundou, em 1888, o periódico *“A família”* em São Paulo. Foi considerado um dos mais radicais dentre os congêneres na luta pelos direitos das mulheres e a emancipação feminina. (Prado e Franco, 2012).

Prado e Franco, (2012) continuam sua abordagem sobre destaques femininos e citam Nísia Floresta, considerada por muitos como a primeira feminista brasileira que lutou em meados do século XIX pela capacitação intelectual das brasileiras e de seu direito à educação, além de opinar publicamente sobre temas políticos agudos como a escravidão no Brasil. Além disso, fundou no Rio de Janeiro em 1838 o Colégio Augusto, voltado para meninas.

As obras de Nísia, assim como de outras autoras, sofriam um constante patrulhamento dos governos.

Prado e Franco (2012) ressaltam:

“Para concluir, afirmamos que muitas mulheres, no final do século XIX, assumiram a defesa de seus direitos políticos concretizados na luta pelo sufrágio feminino. Entretanto, enfatizamos que a participação política não pode ser vista como algo restrito à conquista desses direitos... escrevendo em jornais, produzindo romances ou peças teatrais, vestindo-se de soldado para ir à guerra, refletiram sobre a condição feminina em seu tempo e espaço e foram também protagonistas da história”

No século XX, na entidade mais expressiva da literatura brasileira “Academia Brasileira de Letras” (ABL), a mulher derrubou as barreiras tradicionais e invadiu a área restrita aos “imortais” literatos da “Casa de Machado de Assis”. A pioneira, em 1977, foi a romancista Raquel de Queiroz. Inclusive a Presidência da notável Instituição tem sido exercida por mulheres.

Segundo Soibet(2012) as aspirações das mulheres brasileiras mudaram significativamente com o advento da República. Esse processo foi lento e gradual.

Em meados do século XX era comum ouvir-se de líderes políticos, de autoridades eclesiásticas, conselhos e sugestões para o correto comportamento feminino. Miguel e Rial, (2012) dizem:

“Como ‘cabeça vazia é morada do diabo’ e ‘as mulheres são vulneráveis’, é preciso fazer com que se ocupem de maneira inofensiva, útil e adequada – esta foi a diretriz que orientou por décadas o pensamento dos responsáveis pela manutenção da ordem social”

Pedro (2012) tece interessantes considerações sobre o que descreve como, “O Feminismo de Segunda Onda”. Nesse trabalho, a autora cita que até o final dos anos oitenta, as pessoas davam significados diferentes aos termos, “feminina” e “feminista”.

“A diferença está no fato de o movimento feminista propriamente dito ser o que desenvolve lutas contra a opressão específica das mulheres e reivindica direitos para ela. É o movimento feminista que também afirma que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza, mas, fruto da cultura e, portanto, passíveis de transformação” (Pedro, 2012). (grifo nosso).

Pedro, (2012) cita que muitas pessoas se negavam preconceituosamente, a participar de movimentos feministas por associarem à ideia de que esses movimentos eram integrados por “...mulheres masculinizadas, feias, lésbicas, mal-amadas, ressentidas ou anti-homens...”. No capítulo “visibilidade das mulheres” refere-se ainda, ao fato de que, a partir dos anos 1960, em meio a um poderoso processo de urbanização em nosso País, aumentou significativamente a presença feminina, em contextos como os das universidades, dos empregos formais, em programas de TV, particularmente nas novelas de grande audiência e nas manifestações de rua.

O feminismo de “Segunda Onda” organizou-se nos chamados “grupos de reflexão”, ou “grupos de consciência”. Integravam esses grupos apenas mulheres, pois, a presença de homens as inibiam. Elas se reuniam, nos mais diferentes locais, públicos de preferência e discutiam os problemas específicos das mulheres e para se contrapor ao “machismo vigente”. (Pedro, 2012).

No Brasil, movimento citado no parágrafo anterior, foi concomitante a tantas outras lutas e ações reivindicatórias, contando sempre com expressiva participação de mulheres. Pedro (2012) define a “Primeira Onda” como“:

“O movimento feminista que, no final do século XIX e início do XX, reivindicava para as mulheres direitos políticos (votar e ser eleita), direito à educação com currículos iguais aos dos homens e direito ao trabalho remunerado com salário igual com por trabalho igual”.

Pedro (2012) refere-se, ainda, ao fato de que diversas outras abordagens e iniciativas têm sido incorporadas ao processo, ampliando o “mosaico” de novas ideias e ações que permitem alavancar as campanhas e reivindicações feministas. A presença de mulheres nas cidades e no campo, integrando associações comunitárias e pleiteando espaço político, permitiu o surgimento de novas lideranças femininas. Algumas chegando, inclusive, a se eleger para cargos políticos.

Graças à pressão do feminismo organizado, mais conquistas foram sendo agregadas ao movimento de garantia dos direitos das mulheres, como a Constituição Brasileira de 1988 e a famosa Lei “Maria da Penha” que procura proteger as mulheres da violência. (Pedro, 2012).

Para Scott (2012) a mulher, a partir de meados do século XX, aos tempos atuais, vem conquistando, no Brasil, um perfil socioeconômico-cultural multifacetado. Aspectos como escolaridade, faixa etária, padrão socioeconômico ou etnia, permitem mapear e explicar as mudanças que vêm ocorrendo. O nível intelectual, por exemplo, tem influência na idade em que as mulheres têm filhos. “Quanto maior o grau de instrução, maternidade mais tardia”. Outro aspecto importante é a capacidade de a mulher moderna decidir quanto à sua maternidade. “Carreira *versus* filhos” é um impasse cada vez mais acentuado no dia-a-dia feminino e as mulheres passaram a utilizar técnicas contraceptivas tendo, ainda, em muitos casos, que recorrer a atitudes extremas como o aborto, pondo em risco a própria vida, para evitar uma gravidez incompatível com seu momento e condições de vida. (Scott, 2012).

Como fator agravante, nosso País ainda criminaliza as mulheres que recorrem a essa alternativa. Os que são a favor enfrentam pesadas barreiras religiosas, políticas e sociais, apesar da crescente laicização da sociedade brasileira. A parcela mais rica da população consegue, ainda que de forma clandestina, realizar o aborto em clínicas melhor equipadas, condicionando o bem estar e, até a sobrevivência da mulher, a questões puramente econômicas. Constata-se, ainda, a correlação entre o maior nível de escolaridade e poder socioeconômico e o número reduzido da prole.

Ao longo do século passado e no início do atual denota-se uma crescente participação da mão de obra feminina no mercado (formal e informal) de trabalho. Entretanto, essa inclusão da mulher continua concentrada em ocupações de menor remuneração, em empregos precários e vulneráveis em sua maioria. (Matos e Borelli, 2012).

No que diz respeito à educação, as brasileiras vêm obtendo expressivos avanços nas últimas décadas. Hoje, o número de mulheres cursando nível superior ultrapassa o dos homens segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), amplamente divulgados pela grande mídia. Entretanto, o salário do trabalho feminino continua em média 70% do rendimento masculino. Ou seja, estudam mais, trabalham mais e ganham menos, particularmente quando considerados aspectos como os de “etnia”. “O que se percebe é que no século XXI a sociedade brasileira ainda é atravessada pela desigualdade e as mulheres vivenciam isso em seu cotidiano.” (Scott, 2012).

Recentemente, uma reportagem do jornal Folha de São Paulo, de 04 de novembro de 2012 noticiou a “venda” de meninas indígenas virgens. Esse fato, por si só, mostra o quanto ainda temos que avançar nos direitos humanos e particularmente no direito das mulheres.

Aspecto importante no contexto familiar brasileiro é o número cada vez maior de mulheres como únicas provedoras, seja no viés financeiro, na educação dos filhos e nos encargos domésticos de uma forma geral, sobrecarregando seu cotidiano num “*modus vivendi*” conhecido como “jornada dupla” ou seria tripla?!...

Compartilhamos com as palavras de Pedro (2012):

“As ativistas no Brasil sabem que as poucas conquistas obtidas para as mulheres nunca estão asseguradas e que muito ainda há por fazer num país em que mulheres continuam

morrendo em abortos clandestinos e um contingente enorme é alvo da violência doméstica, por exemplo”.

Com base nos trabalhos referenciados, procuramos extrair considerações importantes no estudo da evolução dos direitos civis das mulheres, particularmente no Brasil. A luta foi e deve continuar mantendo o foco na contínua “quebra” dos paradigmas alicerçados em séculos de repressão, preconceitos e submissão.

Palavras-chave: Gênero, feminismo, sociedade.

Referências bibliográficas:

- BEAUVOIR, Simone de. *A Mulher Independente*, Tradução de Sérgio Milliet, Rio de Janeiro: Agir Editora Ltda, 2008
- BRITZMAN, Deborah. P. *O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. Educação e realidade*. Vol. 21(1), jan/jul. 1996.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DAMATTA, Roberto. *O Ofício de Etnólogo, ou como ter “anthropological blues”*. In: *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOLDENBERG, Mirian. *De Perto Ninguém é Normal*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2011.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MATOS, Maria Izilda e BORELLI, Andrea. *Espaço Feminino no Mercado Produtivo*. In: *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MIGUEL, Raquel de Barros e RIAL, Carmem. *Programa de Mulher*. In: *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PEDRO, Joana Maria. *O Feminismo de “Segunda Onda” – Corpo, Prazer e Trabalho*, Pg 238. In: *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres*. Organizadoras. São Paulo: Contexto, 2012.
- PRADO, Maria Lígia e FRANCO, Stella Scatana. *Participação feminina no debate público brasileiro*. Pg 194. In: *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- SAFIOTTI, Helleieth I. B. *Gênero e Patriarcado*, In: *A mulher brasileira nos espaços público e privado*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *O que são os direitos humanos das mulheres*, São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SEGALEN, Martine. *Sociologia da Família*. Lisboa: Terramar, 1999.
- SCOTT, Ana Sílvia. *Família, O Caleidoscópio dos Arranjos Familiares*. In: *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- SOIBET, Rachel. *Momento de Mulheres – A Conquista do Espaço Público*. In: *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- STEARNS, Peter N. *História das relações de gênero* [tradução Mirna Pinsky]. – 2ª edição – São Paulo: Contexto, 2010.

Autora:

Prof^a MS Elisa Maria Jardim da Costa de Rezende
Rua Clóvis Beviláqua, 246/404 - Tijuca - Rio de Janeiro, RJ – CEP 20.520 - 160

Tel (021) 2238-0558 ou cel (021) 8817-0008
e-mail: elisajardim@uol.com.br